



3819

*Câmara Municipal de São Caetano do Sul*

Senhor Presidente

A(S) COMISSÃO(ÕES) DE:  
Justiça e Redação e de  
Finanças e Orçamento  
28 / 09 / 20 21  
João Milão  
PRESIDENTE

**PROJETO DE LEI**

**"INSTITUI, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL, O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO MEDICAMENTO, DENOMINADO 'CARTÃO REMÉDIO', ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO, INTERRUPTÃO E EXCLUSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Programa Assistencial do Município de São Caetano do Sul, o benefício auxílio medicamento, denominado "CARTÃO REMÉDIO", operacionalizado através de cartão magnético, como política compensatória, temporária, condicionada e não contributiva da Assistência Social para as famílias e/ou munícipes em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º. O "Cartão Remédio" consistira na complementação mensal de renda através da concessão de benefício no valor de R\$90,00 (noventa reais), que poderá ser utilizado pelo beneficiário diretamente da rede

03  
L

## *Câmara Municipal de São Caetano do Sul*

farmacêutica, quando os mesmos não estejam acessíveis na rede pública.

Parágrafo único - O valor creditado não será cumulativo e terá validade de 30 (trinta) dias.

Art. 3º. O benefício auxílio medicamento denominado 'Cartão Remédio' poderá ser obtido por pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, que não possuem renda familiar bruta mensal até 03 (três) salários mínimos vigente.

Art. 4º. O "Cartão Remédio" será operacionalizado através de cartão magnético, como política compensatória, temporária, condicionada e não contributiva, da Assistência Social.

Art. 5º. São critérios para a concessão do benefício "Cartão Remédio", a serem regulamentos em Decreto:

I - ser residente no município de São Caetano do Sul;

II - caracterização de família e/ou munícipe em situação de vulnerabilidade social, que será dimensionada pelas informações da unidade familiar, considerando dados sociais, econômicos e benefícios já percebidos;

III - parecer técnico socioeconômico favorável, a ser elaborado por Assistente Social da Secretaria da Assistência e Inclusão Social - SEAIS.

Art. 6º. O "Cartão Remédio" terá validade pelo período de um ano e não gera direito adquirido.

Art. 7º. São condições de interrupção e/ou exclusão de auxílio alimentação do "Cartão Remédio":

04  
d

## *Câmara Municipal de São Caetano do Sul*

- I - mudança nos fatos que fundamentaram a concessão do benefício;
- II - omissão, ocultação ou falsidade em dados, informações ou documentos relacionados com as condições exigidas para a concessão;
- III - desvio da finalidade do benefício;
- IV - ausência injustificada de comparecimento às convocações do Poder Público;
- V - término do prazo concedido ou de sua eventual prorrogação.


Art. 8º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificativa**

O referido Projeto de Lei tem como objetivo assegurar uma renda para que os idosos tenham acesso a compra de medicamentos não disponíveis na rede pública. Considerando também, a ampliação do fomento do comércio local deste município.

Plenário dos Autonomistas, 13 de setembro de 2021.

  
**DANIEL FERNANDEZ CÓRDOBA BARBOSA**  
**(DANIEL CÓRDOBA)**  
**VEREADOR**





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO CAETANO DO SUL**

ASSESSORIA  
TÉCNICO-LEGISLATIVA

07

**PROC. Nº 3819/2021**

**AUTOR: DANIEL FERNANDEZ CÓRDOBA BARBOSA**

**ASS.: PROJETO DE LEI QUE " INSTITUI, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL, O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO MEDICAMENTO, DENOMINADO 'CARTÃO REMÉDIO', ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO, INTERRUPTÃO E EXCLUSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**PARECER Nº 140, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2023-2024, DA DÉCIMA-OITAVA LEGISLATURA, DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

Trata-se de propositura de Projeto de Lei do insigne Sr. Vereador Daniel Fernandez Córdoba Barbosa visando instituir, no âmbito do programa assistencial do município de São Caetano do Sul, o benefício de auxílio medicamento, denominado 'cartão remédio', estabelece critérios para a concessão, interrupção e exclusão e dá outras providências.

O Projeto foi encaminhada a esta Comissão de Justiça e Redação para ser examinada sob os aspectos constitucionais, legais e jurídicos, em face do disposto no art. 38 e parágs do Regimento Interno desta Casa.

Entretanto, em que pese as relevantes razões que dão arrimo ao projeto, sua propositura, por conter vício de iniciativa não comporta acolhimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO CAETANO DO SUL**

ASSESSORIA  
TÉCNICO-LEGISLATIVA

03

**PROC. Nº 3819/2021**

A matéria, como se pode verificar, versa sobre atividade nitidamente administrativa, porquanto ao Poder Executivo compete deliberar sobre a *conveniência e oportunidade* da realização de **programas**, campanhas e políticas públicas. Assim, reiteradamente, tem decido o Órgão Especial do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo (ADIN 2229643-19.2022.8.26.0000, ADIN 2263075-68.2018.8.26.0000 e ADIN 2236622-36.2019.8.26.0000).

Trata-se, “*in casu*”, de vício material ligado a ingerência do legislador em assunto inserido na competência material privativa do Chefe do Poder Executivo.

Não se volta contra a campanha em si, mas contra a **forma** e o ***modus operandi*** – atos de gestão e organização – pelos quais ele deverá ser efetivada; matéria, inequivocamente, peculiar à esfera de atividade administrativa que, não respeitada, afronta a separação de poderes (primado constitucional não disponível), bem como a reserva da Administração. (Adin nº 2186138-75.2022.8.26.0000)

Inegável, pois, a ofensa ao princípio da separação de Poderes.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO CAETANO DO SUL**

ASSESSORIA  
TÉCNICO-LEGISLATIVA

09

**PROC. Nº 3819/2021**

Desse modo, sob o prisma que compete a esta Comissão opinar, tão somente jurídico-constitucional, entendemos que a proposição não reúne os requisitos para sua tramitação e aprovação final pelo Egrégio Plenário, posto que revestida de irremediável INCONSTITUCIONALIDADE, quando em cotejo com a Constituição Federal Brasileira e de patente ILEGALIDADE em face da L.O.M..

É o parecer

São Caetano do Sul, 16 de maio de 2023.

Ver. Ródnei Cláudio Alexandre  
**Presidente**

Ver. Caio Martins Salgado  
**Relator**

**Membros:**

Ver. Thaiane Spinello

Ver. Ubiratan Ribeiro Figueiredo

Aprovado na reunião de 16.05.23



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO CAETANO DO SUL**

ASSESSORIA  
TÉCNICO-LEGISLATIVA

10  
7

## CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que o vereador Ubiratan Ribeiro Figueiredo manifestou a impossibilidade de comparecimento pessoal na Câmara Municipal de São Caetano do Sul para assinatura dos Pareceres da comissão de Justiça e Redação. Desta feita, está de acordo com o Parecer Inconstitucional ao Projeto de Lei nº 3819/2021 de autoria do Ver. Daniel Fernandez Córdoba Barbosa exarado pelo relator Caio Martins Salgado. Nada mais a certificar.

Daniela Ferreira de Aguiar  
ATL – Assessoria Técnico-Legislativa